

**XXX CONGRESSO NACIONAL
DO CONPEDI FORTALEZA - CE**

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

YSMÊNIA DE AGUIAR PONTES

THIAGO ALLISSON CARDOSO DE JESUS

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Livio Augusto de Carvalho Santos; Thiago Allisson Cardoso de Jesus; Ysmênia de Aguiar Pontes. – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-889-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Gênero e sexualidades. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

O XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI (Fortaleza-CE), realizado em parceria com o Centro Universitário Christus - Unichristus, entre os dias 15 e 17 de novembro de 2023, apresentou como temática central “Acesso à Justiça, Solução de Litígios e Desenvolvimento”.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo “GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO”. Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento, os trabalhos expostos foram novamente avaliados em dupla rodada, o que atesta a qualidade do conteúdo e promove ricas discussões sobre cada uma das pesquisas. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Importante destacar a qualidade dos trabalhos apresentados pelos pesquisadores que engrandeceram esse encontro e trouxeram diversidade e pesquisas acadêmicas de bastante relevo.

Espera-se, então, que o leitor possa vivenciar parcela destas discussões por meio da leitura dos textos. Agradecemos a todos os pesquisadores, colaboradores e pessoas envolvidas nos debates e organização do evento pela sua inestimável contribuição e desejamos uma proveitosa leitura!

Prof. Dr. Thiago Allisson Cardoso de Jesus (UEMA/UNICEUMA)

Prof. Dra. Ysmênia de Aguiar Pontes (UNINTA)

Prof. Me. Livio Augusto de Carvalho Santos (UNIMAR)

A MULHER POLICIAL: UMA ANÁLISE PAUTADA NA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO DENTRO DO AMBIENTE CORPORATIVO NO CEARÁ.

Jorge Bheron Rocha¹
Francisca Jerlandia Clarentino Da Silva

Resumo

INTRODUÇÃO: A investigação objetiva perquirir acerca do tema da discriminação praticada pelas instituições da segurança pública, especialmente no âmbito policial contra a mulher que se insere nesse meio como profissional, na realidade do Estado do Ceará, o que acarreta prejuízos no exercício da profissão que fora conquistada por essas policiais mulheres. No Brasil se torna cada vez mais prementes o índice de cargos ocupados por mulheres, mesmo que seja historicamente um contexto vivenciado apenas por Homens, onde, embora se tenha tal realidade, ela não vem acompanhada de um tratamento igualitário e justo para as profissionais mulheres, exatamente por terem consigo o gênero Mulher. Logo, o que se visualiza são mulheres que ingressam nas corporações policiais e são acometidas por preconceito gritante, por não carregarem consigo o status masculino e que arcaicamente é sinônimo de força e braveza. Além disso, e que agrava a situação é o preconceito acompanhado da violência, onde essas mulheres são submetidas as vontades de Homens que estão no mesmo nível hierárquico mas que se sentem no poder de oprimir e diminuir as mesmas pela condição de mulher, o que demonstra a preponderância do machismo, patriarcado e falta de preparo nas instituições policiais.

PROBLEMA DE PESQUISA: Ao se debruçar sobre o tema se verificou a partir da análise de relatos de policiais mulheres que o cotidiano de trabalho significa uma tortura psicológica, advinda do estresse que são submetidas diariamente, onde frases como “Ela não sabe fazer isso”, ou “Ela não sabe conduzir a viatura”, “Melhor passar a missão para um homem” se tornam comum e vão se propagando até alcançar a figura do assédio moral que se disfarça em barreiras de igualdade transparente.

OBJETIVO: Dito isto, a presente pesquisa tem por objetivo principal analisar a manifestação da desigualdade, preconceito, violência e assédio moral realizado contra policiais mulheres no âmbito das corporações de segurança pública, e as ações realizadas pelo Poder Judiciário e pelas Instituições essenciais à Justiça especialmente o Ministério Público, para conferir um tratamento digno e respeitoso as mulheres que laboram nos quadros da Polícia Militar e Civil no Estado do Ceará, promovendo a dignidade e fazendo valer a igualdade que o âmbito

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

normativo prevê e que na prática não se efetiva.

MÉTODO: Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, realizada na doutrina específica sobre o tema, bem assim nos julgados dos Tribunais Superiores e relatos de policiais mulheres que já passaram por situações vexatórias e de violência pelo fato de serem mulheres, tendo o seu trabalho posto em dúvida e sempre passível de validação por um Homem.

RESULTADOS ALCANÇADOS: A violência corporativa se constitui gigantesca barreira para efetivação dos Direitos da Mulher enquanto pessoa e agora, como profissional, onde exercem o mesmo cargo, passaram pelo mesmo processo de seleção e vivenciam uma realidade de insegurança e opressão através de palavras, atos e privações no trabalho – “missões”. Essa modalidade de violência é tão grave quanto as outras, e é ainda mais estarrecedora porque as omissões e ações transgressoras partem dos agentes públicos que deveriam proteger a mulher e promover seus direitos. Ademais, se verificou que apesar dos avanços, inclusive com o aumento do número de mulheres na polícia, ainda temos um déficit tamanho de profissionais preparados e humanizados para a correta aplicação da Norma e efetivação da igualdade de gênero na sociedade, sendo imprescindível uma mudança nessa perspectiva, para que se possa falar de fato, em segurança pública, começando pela aplicação da Justiça no próprio meio corporativo.

Palavras-chave: Mulher policial, Desigualdade de gênero, Preconceito disfarçado de igualdade, Machismo

Referências

AMATO, Raphaela Holanda Cavalcante. Mulheres de Farda: a disputa ao cargo de agente da polícia federal e sua perspectiva. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26853/mulheresde-farda-a-disputa-ao-cargo-de-agente-de-policia-federal-e-sua-perspectiva>. Acesso em: 28 ago. 23.

Borges, E.P. (2008). As agentes da Polícia de Segurança Pública e as limitações de progressão na carreira policial. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, 145f.

Luz, A. F., Fuchina, R. (2009). A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. In: Anais do Seminário Nacional de Ciências Políticas da UFRGS.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma

segurança cidadã. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.